CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N°: 1289/82
INTERESSADO : FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ
ASSUNTO : Consulta quanto a aplicabilidade do disposto na
Decreto Federal n° 77.455, de 19/04/76.
RELATOR : Cons° PAULO GOMES ROMEO
PARECER CEE N° 1192/82 - C.L.N. - APROVADO EM 11 / 8 / 82

1 - HISTÓRICO:

Consulta a Faculdade de Medicina de Jundiaí sobre a aplicabilidade do Decreto Federal n° 77.455, de 19/04/76, regulamentado pela Portaria n° 515 de 25/05/79 do M.E.C., "a o servidor público do Estado de São Paulo ou seus dependentes, no caso de transferência, remoção"ex-officio" ou requisição".

2 - FUNDAMENTAÇÃO:

Nos termos do Decreto Federal n° 77.455, de 1° de abril de 1976, e da Portaria MEC n° 515, de 25/05/79, somente é obrigatória a transferência de servidor público federal ou seus dependentes para outra instituição de ensino, quando requerida em razão de comprovada transferência ou remoção "ex-officio" acarretando mudança de domicílio (art. 6° do Decreto). Mesmo nestas condições a transferência só será obrigatoriamente aceita nos termos do Decreto Federal n° 77.455 e da Portaria MEC, nos estabelecimentos de ensino do sistema federal, como bem esclarece o douto Parecer 106/80-CFE de autoria da então Conselheira Esther de Figueiredo Ferraz que, em seu voto, aprovado como conclusão do parecer, afirma:

"Entendemos que o Decreto Federal n° 77.455 de 19/04/76 aplica-se exclusivamente aos estabelecimentos de ensino vinculados ao sistema federal, sendo certo que, em relação às Universidades Estaduais e aos estabelecimentos isolados inseridos nos sistemas estaduais, deva prevalecer o que dispuserem respectivamente os Conselhos Universitários e os Conselhos Estaduais de Educação, tudo na forma do artigo 100 da Lei 4.024 de 20/10/61".

Da mesma forma, de acordo com o parecer supra, mesmo que fosse entendido pelo C.E.E. que houvesse possibilidade de transferência, pela aplicação por extensão do Decreto 77.455 a

PROCESSO CEE N° 1289/82 PARECER CEE N° 1192/82 fls.2.

estabelecimento isolado de ensino superior do sistema estadual de São Paulo, a mesma estaria restrita a funcionários públicos federais ou seus dependentes, pois a legislação não cogita de igual providência para servidores públicos estaduais ou municipais. Somente com legislação específica é que a hipótese poderia ser aceita.

É o nosso Parecer s.m.j.

3 - CONCLUSÃO:

Responda-se à Faculdade de Medicina de Jundiaí nos termos deste Parecer.

São Paulo, 14 de julho de 1982

a) Cons° PAULO GOMES ROMEO
Relator

4. DECISÃO DA CÂMARA

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS adota como seu Parecer o Voto do nobre Conselheiro Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Jair de Moraes Neves, Renato Alberto T. Di Dio, Paulo Gomes Romeo.

Sala das Comissões, em 29 de julho de 1982.

a) Cons° Alpínolo Lopes Casali
PRESIDENTE

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Comissão de Legislação e Normas, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 11 de agosto de 1982

a) Cons° MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES
Presidente